

**A condição social da mulher e o debate sobre gênero e patriarcado:
contribuições de Maria Lacerda de Moura**

**La condición social de las mujeres y el debate sobre género y patriarcado:
contribuciones de Maria Lacerda de Moura**

Tatiana Ranzani Maurano¹

Glaucia Uliana Pinto²

Resumo: O presente texto, de cunho teórico, tem como proposta fazer aproximações entre a obra da anarquista brasileira Maria Lacerda de Moura, principalmente, em seus escritos no livro *Renovação* e o debate sobre a condição feminina. A proposta se ancora nos pressupostos do materialismo histórico dialético, especialmente no postulado de se compreender “o hoje resgatando o ontem”, seu movimento histórico, além de focalizar a discussão apoiada nas categorias de gênero e patriarcado, em suas relações com a temática da condição feminina. Como desdobramento do trabalho, conclui-se que tais categorias são também alicerces ideológicos para subjugação do corpo da mulher, lhe reservando o lugar de procriação e cuidado dos filhos. Busca-se, assim, contribuir com o debate sobre a condição da mulher na sociedade contemporânea com vistas ao desmascaramento e superação das desigualdades impostas entre os sexos.

Palavras-chave: Gênero. Patriarcado. Condição Feminina. Maria Lacerda de Moura.

Resumen: El presente texto, de carácter teórico, tiene como objetivo hacer aproximaciones entre el trabajo de la anarquista brasileña Maria Lacerda de Moura,

¹ Graduada em Psicologia, mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba - SP e doutoranda em educação na Unesp - Marília, membro do Grupo de Pesquisa História da Educação e do ensino de língua e literatura no Brasil - GPHEELLB. Áreas de interesse: anarquismo, direitos humanos, gênero, história e educação.

² Possui graduação em Psicologia pela Universidade Metodista de Piracicaba (1997), mestrado (2004) e doutorado (2010) em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba e Pós-Doutorado pelo Centro Universitário Moura Lacerda. Foi professora do programa de pós-graduação em educação da Universidade Metodista de Piracicaba entre 2015 e 2019. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial, atuando principalmente nos seguintes temas: deficiência mental, brincar, imaginação, elaboração do conhecimento e abordagem histórico-cultural.

principalmente em seus escritos em o livro "Renovação" e o debate sobre a condição feminina. A proposta está ancorada em os supostos do materialismo dialético histórico, especialmente em o postulado de compreensão que hoje resgata ontem, seu movimento histórico, além de centrar-se em a discussão apoiada por as categorias de gênero e patriarcado, em suas relações com o tema de a condição feminina. Como resultado do trabalho, se conclui que estas categorias também são bases ideológicas para a subjugação do corpo de a mulher, reservando-lhe o lugar de procriação e cuidado de seus filhos. A discussão busca contribuir ao debate sobre a condição de a mulher em a sociedade contemporânea com o objetivo de desmascarar e superar as desigualdades impostas entre os sexos.

Palabras clave: gênero. Patriarcado. Condição feminina. Maria Lacerda de Moura.

Introdução

Já que não podemos evitar a revolução das classes, revolução que se prepara, surda, entre as nações, - ergamos, n'um grito ardente de fé, a nossa voz, proclamando, pela palavra e pela acção, intenções puras que desejam a felicidade para todos os homens e pedem o direito á vida, á saude, ao alimento, á casa, á instrucção, aos divertimentos, a tudo que alegra a alma dos ricos e que, até agora, tem sido vedado aos pobres, aos que mais trabalham³.

(LACERDA⁴, 1919/2015⁵)

Para abordar a temática da condição feminina e contribuições de escritoras feministas, num primeiro momento, buscamos autoras que pudessem construir o

³ Nos fragmentos do livro *Renovação* de Maria Lacerda de Moura, serão mantidas as formas ortográficas originais.

⁴ No texto, quando for citado Maria Lacerda de Moura como referência, as autoras fizeram uma opção política de utilizar o sobrenome "Lacerda" no lugar de "Moura", por ser seu sobrenome de solteira e assim afirmar sua singularidade.

⁵ As citações de Lacerda foram retiradas de seu livro *Renovação* publicado em 1919, mas utilizamos sua segunda edição de 2015, feita pelas pesquisadoras Adelaide Gonçalves, Camila Queiroz, o pesquisador Allyson Bruno da Universidade Federal do Ceará e o Plebeu Gabinete de Leitura.

caminho desta investigação (LEITE, 1984; SCOTT, 1989; FACIO, 1999; SAFFIOTI, 2004; TELES, 2017) e que se encontram em parte na pesquisa de mestrado em educação da primeira autora⁶. Além disso, lendo sobre o movimento de mulheres no mundo e o que, posteriormente, foi chamado de movimento feminista a partir de 1975 no Brasil, nos deparamos com releituras das reflexões e escritos de Maria Lacerda de Moura, nascida em 1887, mineira, anarquista e educadora. Formada, em 1903, como professora na Escola Normal Municipal, algo pouco comum para uma mulher naquela época, em que estudar era uma atividade reservada à elite masculina. Iniciou sua luta no movimento pelo direito à moradia e pelo combate ao analfabetismo, defendendo a importância da educação para a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Em 1921 muda-se para São Paulo, onde se filia à Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, movimento liderado por Berta Lutz⁷. Entretanto, logo se afasta do movimento quando este se pauta na questão da luta pelo sufrágio, coisa que Lacerda discordava por achar que o direito ao voto era um processo inadequado de luta pelo poder, beneficiando algumas mulheres e pouco transformando uma organização social injusta: “não posso aceitar nem o feminismo de votos e muito menos o feminismo de caridades. E enquanto isso – a mulher se esquece de reivindicar o direito de ser dona de seu próprio corpo, o direito da posse de si mesma” (LACERDA, 1999, p. 105).

Desde então, é notório ver o quanto os escritos e olhares de Lacerda se diferenciavam da maioria das outras mulheres escritoras brasileiras da época em relação ao pioneirismo de suas temáticas. Começa a se aproximar dos escritos anarquistas de Han Ryner⁸ e da pedagogia libertária de Ferrer La Guardia⁹. Em 1926,

⁶ MAURANO, Tatiana Ranzani. *A condição feminina em Maria Lacerda de Moura: análise de configuração textual do livro Renovação (1919)*, dissertação de mestrado em educação na Universidade Metodista de Piracicaba, 2019.

⁷ “Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976) é um ícone da historiografia feminista no Brasil. O seu feminismo dos anos 20-30 já foi rotulado como de elite, conservador, bem-comportado, jurídico-institucional, senão mais do que isso. Sem a preocupação de rotulá-la, temos lido e relido a trajetória indissociavelmente feminista / científica / política de Bertha, imersa na cultura de sua época. Da valorização no país das atividades científicas, educacionais, de institucionalização das profissões acadêmicas e de progressiva busca por sua maior internacionalização, com forte referência aos Estados Unidos” (SOUSA, SOMBRIO e LOPES, 2005).

⁸ Han Ryner, pseudônimo utilizado pelo filósofo anarquista francês Jacques Élie Henri Ambroise Ner (1861-1938).

⁹ Pedagogo catalão, anarquista e um dos grandes nomes da Escola Moderna, também conhecida como Escola Libertária.

lança o livro *Religião do amor e da beleza*, sobre temas poucos trabalhados para época e muito polêmicos, tais como conscientizar as mulheres da subjugação masculina em que se encontravam e caminhos para maior participação social.

Com alguns escritos de Maria Lacerda de Moura e fazendo um levantamento bibliográfico de suas obras e de sua vida, evidencia-se o fato de que existem pouquíssimos estudos sobre essa escritora que, entre 1918 e 1940, escreveu doze livros.

Consideramos que investigar os motivos da pouca repercussão da obra de Maria Lacerda de Moura em seu tempo e na atualidade poderia ser um caminho interessante de estudo, entretanto, falar sobre as suas contribuições para pensar a condição da mulher no ontem e no hoje mostrou-se mais fecundo. Lacerda falou em defesa dos direitos da mulher à educação, ao amor livre e à possibilidade de a mulher optar por querer ou não ter filhos, aspectos de sua obra que se constituíram em pontos de partida para as seguintes indagações: qual a contribuição de Maria Lacerda de Moura para a reflexão crítica sobre a realidade da condição feminina numa sociedade tradicionalmente patriarcal? Qual a atualidade e potência desta obra para problematizar categoriais de gênero e patriarcado enquanto sistema simbólico que oprime as mulheres e ao mesmo tempo mostra brechas de micro revoluções e resistências?

No interior das discussões sobre a condição da mulher a partir de estudos mais recentes, (AGUIAR, 2000; BORIS, CESÍDIO, 2007; STRÜCKER, MAÇALAI, 2016) constatamos que as relações de gênero permanecem atravessadas pelo modelo patriarcal, resultando na manutenção da tímida participação das mulheres nas questões políticas e econômicas. Ideário reforçado pelas especificidades do seu corpo quando subjetivado como frágil, que demanda proteção, ainda responsável pela procriação e cuidado da prole. O que nos leva a constatar o quanto é preciso produzir conhecimento na área, para que possamos, como nos convida a epígrafe de Lacerda no início deste texto, proclamar a revolução pela palavra. Mesmo porque, como destacam Meyer, Ribeiro e Ribeiro (2004, p. 1) a despeito da expressiva expansão da temática no plano acadêmico internacional, impulsionando ampla gama de pesquisas que, a partir de perspectivas diversas, demandam estudos nos campos da educação, história, direito, literatura, arte, saúde, teologia e política, “é possível dizer que continua existindo uma lacuna curricular no que diz respeito a essas temáticas e que elas ainda

não aparecem, com muito destaque, na pauta dos grandes eventos ou na agenda de revistas importantes da área da educação” .

Então, com o intuito de refletir sobre as contribuições de Lacerda para análise crítica da condição feminina, tomamos como objeto de estudo a obra *Renovação*, escrita em 1919, com o objetivo de conhecer a atualidade de seus escritos para pensar as questões de gênero e patriarcado que historicamente têm marcado a condição feminina através da subjugação. A escolha por tais conceitos não se deu por negligenciarmos os modos de organização social e divisão de classes nas sociedades capitalistas, mas por julgarmos estas categorias alicerces importantes para a organização social. Já a escolha do livro foi feita por que é um marco no pensamento revolucionário da escritora, em sua vida e obra. É dedicado a todas as mulheres e traz como ponto principal a importância dela se educar e ler, para através do conhecimento se libertar das amarras da sociedade.

Renovação (1919) começa fazendo um resgate histórico do movimento de mulheres no mundo, seus avanços, bem como outras temáticas como: sufrágio feminino, a religião, a solidariedade, as seduções, a educação, a emancipação da mulher, a dominação do homem e do próprio sistema capitalista, a preocupação com a regulação sexual e procriadora da mulher, as formas de trabalho doméstico, as repercussões do trabalho assalariado feminino e a conscientização da mulher, a renovação pela instrução livre de dogmas, entre outras. A intenção nesse artigo não é abordar essas temáticas¹⁰, mas resgatar suas contribuições para que possamos avançar na compreensão das dimensões ideológicas que subjugam as mulheres, colaborando com a teorização social, cultural e política contemporânea no que se refere à temática. No livro, a autora expressa de forma áspera a situação social em que a mulher se encontra e a emergência da superação desta condição em busca de uma renovação, o que possivelmente deu nome ao livro.

O método que embasa tanto o trabalho de pesquisa mais amplo das autoras como o recorte feito aqui é o materialismo histórico-dialético de K. Marx (1817-

¹⁰ [...] resistência à redução da vida da mulher ao papel de procriadora, aos preconceitos existentes contra a mulher escritora, à legitimação da inferioridade feminina na sociedade vigente; o direito ao amor e ao casamento por livre escolha, a necessidade da maternidade consciente, o problema da solteirona e da prostituta, as situações criadoras dos crimes passionais e as formas do trabalho doméstico¹⁰ e as repercussões do trabalho assalariado feminino. (LEITE, 1984, p. 21-22).

1883) e F. Engels (1820-1895). A história é o substrato material da vida humana, dos modos de ser estar no mundo, compreendendo a essência do que o humano produz no conjunto das relações sociais encarnadas nos sujeitos. “O conhecimento concreto do objeto é o conhecimento de suas múltiplas determinações” (NETTO, 2011, p. 45).

É com essa concepção que tecemos o presente texto, buscando contribuir com reflexões sobre a opressão histórica e cultural da mulher, mostrando que o gênero feminino estava e continua em situação desigual numa organização social patriarcal. Assim, num primeiro momento, explicitamos conceitualmente as categorias de análise eleitas, gênero e patriarcado, em suas relações com a temática da condição feminina, apoiadas em estudos das próprias mulheres que lhes dão corpo, para posteriormente refletir sobre tais categorias na obra de Lacerda e seu potencial libertário e transformador para a condição da mulher.

A condição feminina e as relações entre gênero e patriarcado

Falar pela mulher, como diz Maria Amélia de Almeida Teles (2017), é assumir uma postura incômoda referente a um fenômeno histórico, onde parte da população esteve, durante milênios, sendo subjugada, discriminada e oprimida pela sociedade, em razão de uma *ideologia patriarcal e machista*, tirando da mulher o seu pleno desenvolvimento e apagando sua participação da história. Sendo assim, o *feminismo como uma filosofia universal* vem questionar essa opressão que se dá nos níveis das estruturas e das superestruturas (ideologia, cultura e política).

Portanto, quais discussões nos parecem recorrentes e fecundas para o debate? Tanto para compreender retrocessos bem como possibilidades de superação, já que a história humana não se faz de modo linear, mas de embates, tensões e contradições, movimento. Conforme foi dito, pensamos que uma possibilidade de construção desta compreensão passa pelas questões de gênero e patriarcado, categorias de análise que guiam a elaboração do texto.

Algumas reflexões sobre a *construção histórica* destes conceitos, bem como suas relações com os temas da “condição feminina” e da “sujeição feminina”¹¹ são importantes de serem explicitadas, trazendo também alguns entendimentos sobre condição feminina e suas controversas dentro das correntes do pensamento feminista temas na literatura demasiadamente vastos e que avançam a cada dia. Em seguida, teceremos relações entre os conceitos e as contribuições de Lacerda no livro *Renovação* para que possamos problematizá-los enquanto sustentáculos da condição feminina.

Segundo o *Dicionário Crítico do Feminismo*, patriarcado é uma palavra antiga que vem mudando seu sentido na história da sociedade humana. Na sua história semântica, vem das palavras gregas: *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando), “...o patriarcado é literalmente a autoridade do pai” (DELPHY, 2009, p.174). Antes do século XIX, o patriarcado e os patriarcas designavam os dignitários da Igreja.

No início do século XX, algumas pensadoras já falavam sobre a “sujeição das mulheres” ou da “condição feminina”, nas quais existia um suposto direito materno que teria sido substituído pelo direito paterno. Engels e depois Bebel voltam à ideia, trazidas por Morgan e Bachofen (DELPHY, 2009, p.174). A partir da segunda metade do século XX, mais especificamente nos anos de 1970, o conceito de patriarcado se modifica diante de novas contingências históricas, sendo formulado como “...uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens...” (DELPHY, 2009, p. 173). Resumindo, refere-se à “dominação masculina” ou a “opressão sobre as mulheres”.

No sentido contemporâneo, algumas feministas, tendo como exemplo a francesa Simone de Beauvoir¹², não acreditam na existência de um matriarcado original e evidenciam o patriarcado como um sistema que domina as mulheres, além de uma controvérsia na utilização de *pater* como “pai biológico”, sendo assim: “[...] é compreendido que a palavra designa a dominação dos homens, quer sejam eles pais biológicos ou não” (DELPHY, 2009, p.175). Ainda para Delphy, o conceito de

¹¹ Nos escritos de Maria Lacerda de Moura em momento algum ela utiliza as palavras / conceitos de “gênero” e “patriarcado”, estes não eram discutidos em sua época. Por outro lado, em seus escritos utiliza dos termos “condição feminina” e “sujeição feminina”, que são as bases para se discutir os conceitos de “gênero” e “patriarcado”, como explicaremos ao longo do texto.

¹² Simone Lucie Ernestine de Marie Bertrand de Beauvoir (1908-1986) nasceu em Paris, França e estudou Filosofia na Universidade de Sorbonne. Escreveu vários livros e suas principais temáticas eram a condição da mulher e a filosofia existencial. Considerada um dos ícones do movimento pela libertação da mulher, seu livro mais conhecido, *Segundo Sexo*, publicado pela primeira vez em 1949, fala da condição histórica da opressão da mulher.

patriarcado no pensamento feminista da década de 1970 se apresentou, em primeiro lugar, como um sistema e não como relações individuais, e, em segundo, na oposição ao “capitalismo”¹³.

No texto intitulado “Gênero, patriarcado e violência”, a teórica feminista brasileira Heleieth Saffioti¹⁴ (2004) faz uma análise sobre os conceitos, contextualizando historicamente e pontuando as várias referências e discussões. Sobre o patriarcado, diz:

Além de empoderar a categoria mulheres, e não apenas mulheres, o conhecimento de sua história permite a apreensão do caráter histórico do patriarcado. E é imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da dominação masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado (p. 104).

Segundo Alda Facio¹⁵ (1999), patriarcado é um sistema de dominação masculina, de inferiorização da mulher e de estabelecimento de poder nos espaços públicos, no interior de um pensamento dicotômico, hierarquizado e sexualizado. Sua conceituação é resultado de algumas vertentes do pensamento feminista que apontam necessidades de enfrentamento do regime patriarcal e rompimento com esse dualismo, questionando o modo antropocêntrico de ver o mundo. Conforme Facio, existem vários feminismos, mas o que eles têm em comum é a compreensão da forma como o patriarcado está enraizado em nossa sociedade.

Com características comuns nas diferentes sociedades, ele surge historicamente, ou seja, não é algo natural, muda e se transforma, mas não no sentido de superação da condição da mulher. Para a autora, as instituições sociais asseguram a manutenção dessas relações desiguais, seja na família, na educação ou no direito, pelos sentidos ideológicos que evoca. Uma educação androcêntrica, uma história roubada

¹³ O patriarcado enquanto “um conjunto de sistema a ser combatido” (DELPHY, 2009, p.175) de opressão sobre as mulheres, não se reduz a uma dominação que acontece em um sistema capitalista. Ele é anterior e superior ao capitalismo, pois mesmo dentro das organizações políticas anti-capitalistas as problemáticas referentes as relações entre homens e mulheres permanecem, sendo assim, “a subordinação das mulheres não é mais que uma das consequências do capitalismo” (DELPHY, 2009, p.176). nota confusa (por favor, veja se melhorou)

¹⁴ Heleieth Saffioti (1934-2010), socióloga, professora, escritora e pensadora feminista. Cientista social pela USP em 1960. Suas primeiras pesquisas sobre a condição feminina datam dessa década.

¹⁵ Alda Facio, nascida na Costa Rica em 1948, é uma advogada feminista, escritora, professora e especialista referência de gênero e direitos humanos na América Latina.

das mulheres e um direito que regula e contribui para a manutenção desta opressão. A crítica feminista, diz Facio (1999), pode contribuir para trazer um pouco de democracia a esse direito.

O conceito de gênero é bem mais recente se tomarmos o conceito de patriarcado como referência. O marco feminista sobre as discussões de gênero foi o texto escrito por Gayle Rubin¹⁶, em 1975, intitulado “O tráfico das mulheres: notas sobre a economia política do sexo”. Neste texto, Rubin trabalha o sistema sexo / gênero e traz o debate sobre as causas da opressão e subordinação social da mulher. Apresenta as ferramentas conceituais de Levi-Strauss¹⁷ sobre o intercâmbio de mulheres, princípio fundamental de parentesco, explicando a opressão dentro dos sistemas sociais, prevalecendo a ausência dos direitos das mulheres como seu resultado. Essa análise é o primeiro passo para a construção do conceito e a consequente subordinação das mulheres, produto das relações estabelecidas socialmente (DESCOLA, 2009).

Utilizando mais uma vez o *Dicionário Crítico do Feminismo*, podemos levantar ainda duas áreas fundamentais: “[...] divisão sociossexual do trabalho e dos meios de produção [...] organização social do trabalho e de procriação, em que as capacidades reprodutivas das mulheres são [...] exacerbadas por diversas intervenções sociais” (TABET, 1985/1998 apud MATHIEU, 2009, p.223). Dentre essas intervenções sociais estão: a diferença na vestimenta, nos comportamentos físicos e psicológicos, na desigualdade de acesso aos recursos materiais e mentais, diferenciações sociais elementares. Mesmo porque: “[...] alguns fenômenos marginais das nossas sociedades modernas mostraram que definições de sexo e gênero, assim como as fronteiras entre sexos e / ou entre gêneros, não são tão claras” (MATHIEU, 2009, p. 223-224).

A citação acima nos remete ao sistema conceitual binário que vem sendo perseguido desde antes de Aristóteles até os dias atuais. Nesse sentido, existem duas formas de conceber sexo e gênero, uma está enraizada na ideia normatizada da heterossexualidade, na qual o sexo necessariamente significa gênero; e a outra maneira

¹⁶ Nascido em 1949, antropólogo cultural pela Universidade de Michigan, ativista e teórico das políticas de gênero, seu trabalho quando ainda estudante, sobre o tráfico de mulheres, usou como base a teoria de Levi-Straus e foi um marco nos estudos e discussões sobre o conceito de gênero.

¹⁷ Antropólogo e professor belga, considerado o fundador da antropologia estruturalista (1908 – 2009), em seus estudos publica “As estruturas elementares de parentesco”, onde observa o parentesco como uma imposição social, da organização cultural, para além da procriação biológica. Em sua obra o sujeito humano tem gênero e seus destinos podem ser delineados. Levi-Strauss vê na base do sistema de parentesco a troca das mulheres entre os homens, implicitamente assim, constrói uma teoria da opressão sexual.

de conceber heterossocial, em que se torna possível a diversificação dos comportamentos. Tomando como base essas duas possibilidades, existem escritoras importantes que pesquisam a temática, tais como: Margaret Mead¹⁸, Virgínia Woolf¹⁹ e Simone de Beauvoir. Mesmo assim, “[...] a questão da construção social das diferenças entre os sexos permaneceu e ainda é marginal nas Ciências Humanas, como o demonstra a invisibilidade e o desprezo que ainda atingem os estudos feministas no mundo acadêmico” (MATHIEU, 2009, p. 225).

Ainda sobre o conceito, segundo o *Dicionário Crítico do Feminismo* (2009, p. 226) no início dos estudos feministas, não se falava de gênero e sim de mulheres. Nesse sentido, surgiram três correntes de pensamento sobre o conceito e que elaboraram o que poderíamos chamar da categoria de análise “mulher”. Para a primeira corrente do pensamento feminista francês baseado na psicanálise, os homens e as mulheres são diferentes, embora a sociedade não tenha permitido que as mulheres exercessem seu pleno desenvolvimento psicológico e social. Já a segunda corrente abrange a diferença sexual como uma elaboração cultural, trazendo possibilidades de construção do gênero, denunciando as desigualdades entre os sexos para assim poder reconstruir de uma forma mais equitativa os dois gêneros. A terceira corrente vai se embasar em um entendimento marxista, em que os sexos não são apenas categorias das diferenças biológicas e sociais entre homens e mulheres e sim concebidas na relação de poder dos homens sobre as mulheres.

O conceito de gênero se desenvolveu no marco dos estudos sobre a “mulher” compartilhando vários pressupostos [...] tentando [...] superar os problemas relacionados à utilização de algumas categorias centrais nos estudos sobre mulheres (PISCITELLI, 2001, p. 8).

Portanto, existem importantes diferenças e diversas vertentes que dizem sobre momentos históricos distintos, bem como entendimentos políticos que se cruzam na construção do conceito. Dentro desta polissemia, partimos da ideia de que,

¹⁸ Antropóloga nascida em 1901, pioneira ao propor que as características masculinas e femininas eram fruto das influências culturais e sociais, não se limitando às diferenças biológicas.

¹⁹ Escritora londrina nascida em 1882, defensora do voto e da emancipação feminina, ideias registradas em seus livros.

historicamente, na organização social, o conceito de gênero tem sido capturado, referente à questão da mulher, para que se possa justificar a especificidade do seu corpo e suas desvantagens em relação ao homem, quando a sociedade diz: a mulher procria e essa é sua principal função. Entretanto, o próprio pensamento feminista possibilita um novo olhar sobre essa realidade, problematizando a utilização do conceito e o pensamento tradicional até então utilizados pelas teorias sociais.

Outro termo que aparece como relevante para contribuir com discussões e análises do tema é o da subordinação da mulher. Diversas correntes feministas concordam ao dizer sobre seu caráter social, portanto, passível de transformação, e ainda “...universal, na medida em que parece ocorrer em todas as partes e em todos os períodos históricos conhecidos” (PISCITELLI, 2001, p. 2).

Nesse sentido, a participação das feministas na academia foi de suma importância para a produção de dados sobre a “condição da mulher” e os seus estudos nas inúmeras áreas, principalmente na Antropologia da Mulher e na História da Mulher. Ampliando a reflexão em torno do pensamento feminista, contestando concomitantemente os pensamentos que eram utilizados até aquele momento.

Joan Scott²⁰ traz o gênero como uma categoria de análise útil para a história (1989). Segundo ela, mais recentemente as feministas têm usado o termo gênero para falar sobre a relação entre os sexos e sua organização social, o “[...] objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionam para manter a ordem social e para mudá-la” (SCOTT, 1989, p. 3). Ampliando os conhecimentos históricos tradicionais, trazendo o gênero para dentro da historiografia, propondo uma mudança epistemológica.

Refletindo sobre as categorias de gênero e patriarcado na obra de Lacerda e seu potencial libertário e transformador para a condição da mulher

No livro *Renovação*, cuja primeira edição data de 1919 e a segunda só em 2015 pela Universidade Federal do Ceará, Lacerda nos fala sobre “condição feminina”. Temática, segundo a pesquisadora Miriam Moreira Leite (1984), em que revela seu pioneirismo. Nos livros e artigos posteriores inclui também outras questões como o

²⁰ Historiadora norte-americana nascida em 1941, dedica-se ao estudo da História da Mulher a partir da perspectiva de gênero.

direito à cidadania e a educação. Conforme foi dito, embora Lacerda não tenha trabalhado com o conceito de gênero, tampouco de patriarcado, defendemos a ideia de que sua obra nos possibilita problematizá-los. .

Sobre a condição da mulher na obra de Lacerda, Leite nos diz:

[...] resistência à redução da vida da mulher ao papel de procriadora, aos preconceitos existentes contra a mulher escritora, à legitimação da inferioridade feminina na sociedade vigente; o direito ao amor e ao casamento por livre escolha, a necessidade da maternidade consciente, o problema da solteirona e da prostituta, as situações criadoras dos crimes passionais e as formas do trabalho doméstico e repercussões do trabalho assalariado feminino (1984, p. 21-22).

A pesquisadora destaca, ainda, em seu livro *A Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda Moura* (1984), um ótimo exemplo sobre a preocupação de Lacerda focalizando a condição feminina, quando publica, em 1922, o artigo “A mulher brasileira e os problemas sociaes”, em *O Corymbono Rio Grande do Sul*:

A mulher patricia, não pode penetrar os arcanos da questão, na sua maioria escrava da religião, dos trapos, das joias, dos bombons e do salário – não pode pensar senão pela cartilha dos dogmas, dos modistas, das vitrinas e da luta pelo estomago.

A religião, em constante conflito com a sciencia, tem na mulher a alavanca reaccionaria contra a evolução para feitos mais altos.

Cumpre desembaraça-la das peias que a encarceram mentalmente.

Enquanto não souber pensar será instrumento passivo em favor das instituições do passado. E ella própria, inconsequente, trabalha pela sua escravidão.

E o captiveiro é tal que se revolta si outras mulheres querem eleva-la à altura dos seus direitos clamando contra a violação do pensamento feminino.

Enquanto não pensar, em vão tentaremos quebrar os grilhões para a nossa independência individual; a mulher ainda é escrava; dependente do salário, do homem, do seu capital.

Assim, é impossível a libertação.

Seu cérebro foi conservado infantil pelo egoísmo masculino dos seus ancestrais.

Falta derradeiro lampejo para que a inteligente, idealista, generosa, num impulso final, por entre relâmpagos da consciência adormecida, perceberá.

E sua dedicação eloquente completará a obra magnífica.

Faltam-nos escolas.

Faltam-nos educadores na aceção mais ampla da expressão.

Faze-los nascer deste mesmo povo – eis o que é preciso.

As nossas professoras primárias executam prodígios.

Que mais podemos exigir dellas? Se lhes não distribuíram alimento espiritual para a excursão portentosa aos picos mais altos da alma infantil, iluminuras místicas. (LACERDA, 1922, n. 200, p. 1)

Pensamos que desembaraçar os entraves (peias) que encarceram as mulheres demanda justamente o desvelamento das teias ideológicas atravessadas pelos conceitos de gênero e patriarcado que aprisionam o feminino. O “saber pensar” de que fala a autora não prescindiu destas compreensões.

É importante destacar que assim como aconteceu nos países da Europa, a questão da desqualificação da mulher tanto no âmbito físico como intelectual, da sua fragilidade, imbecilidade, bem como seus aspectos demoníacos, teve seu eco aqui no Brasil. No século XIX, os conhecimentos médicos colaboraram com essa questão, dentre eles o trabalho de Tito Lívio de Castro²¹. Em seus escritos revestidos de ciência mostra a inferioridade da mulher, trazendo questões físicas como problema tais como o da gestação. Concluindo que a mulher é um ser permanentemente doente dentro dos parâmetros masculinos. Impondo a mulher um resguardo que condiz com a tradição

²¹ Tito Lívio de Castro (1864-1890), médico e ensaísta brasileiro, escreveu sobre a situação do Brasil de sua época e a condição da mulher.

cristã, que precisa conter e cobrir o corpo para não desencaminhar o homem psiquicamente (LEITE, 1984).

A crescente urbanização do século XIX também contribuiu significativamente para a discriminação da mulher em várias áreas, do seu papel social, cultural e econômico resguardado na condição de produtora e reprodutora presa ao serviço doméstico, independentemente de classe social (burguesas, empregadas ou operárias). Com a industrialização os papéis e classes sociais começam a se transformar nos vários âmbitos (família, trabalhadores e burguesia).

A crescente explosão demográfica e complexificação social impôs uma dura realidade de responsabilidades e obrigações à mulher, com suas condições econômicas e sociais sendo ignoradas, suportando horas intermináveis de trabalho, baixos salários e ainda conviver com o imaginário dos problemas que poderiam surgir para a família com sua inserção no mundo do trabalho.

Sobre isso a pesquisadora Miriam Moreira Leite aponta importante contribuição do pensamento de Maria Lacerda Moura, quando diz: “[...] a singularidade de seu trabalho provém da articulação que estabeleceu entre o problema da emancipação feminina e a luta pela emancipação do indivíduo no capitalismo industrial...” (LEITE, 1984, p. 28). Nesse sentido, Lacerda apresenta-se como uma pensadora diferenciada, inovadora e pioneira das temáticas que trouxe para a discussão no Brasil das décadas de 1920 e 1930.

A autora falava em meados de 1920, especialmente em seu livro *Renovação*, sobre a “sujeição das mulheres” e a “condição feminina”, dizendo o quanto a mulher era escrava dos dogmas e das concepções da sociedade da época. A partir de 1970, o movimento feminista fala do patriarcado como uma formação social em que os homens detêm o poder, ou seja, de “dominação masculina” ou “opressão das mulheres”. Logicamente que os termos e aprofundamentos conceituais não são os mesmos, mas mostram o olhar da Lacerda sobre a sujeição da mulher / subordinação feminina (PISCITELLI, 2001).

Segundo Leite (1984), uma das singularidades dos escritos de Lacerda, respeitando o período histórico em que foram produzidos, contra riscos de anacronismos, era sua preocupação com o problema da emancipação feminina e dos indivíduos como um todo no capitalismo industrial.

A historiadora Joan Scott (1989) argumenta sobre a subordinação das mulheres e a dominação do homem sobre elas, sendo que “a fonte da libertação das mulheres se encontra numa compreensão adequada do processo de reprodução...” (1989, p. 9). Nesse sentido, Lacerda fala sobre as mulheres resistirem ao papel de procriadora e da importância de uma maternidade consciente (LEITE, 1984).

A jurista feminista Alda Facio (1999) diz sobre a inferiorização da mulher no sistema patriarcal, e Lacerda sobre a legitimação da inferiorização feminina pela sociedade.

A emancipação da mulher, a dominação do homem e do próprio sistema capitalista, a preocupação com a regulação sexual e procriadora da mulher, as formas de trabalho doméstico, as repercussões do trabalho assalariado feminino e a conscientização da mulher, são alguns temas tratados por ela e que permanecem suscitando discussões nos dias de hoje.

Num artigo intitulado “Desafios da equidade de gênero no século XXI”, Alves (2016) discute as limitações e os avanços nas relações de gênero ocorridas no Brasil e no mundo, nos últimos 70 anos. Apesar de destacar importantes conquistas das mulheres nas últimas décadas, diz da existência de uma “revolução incompleta” expressa pela manutenção da divisão sexual entre trabalho produtivo e reprodutivo, limitando a autonomia e o lugar das mulheres na família e na sociedade. Para o autor:

Em geral as mulheres são sobrecarregadas com os afazeres da reprodução (trabalho não remunerado), enquanto os homens possuem maior disponibilidade para as atividades da produção (trabalho remunerado). A questão que se coloca, em termos de políticas públicas, é como liberar as mulheres para o exercício do seu direito ao emprego remunerado, como comprometer os homens com a economia do cuidado, e como o Estado pode implementar políticas que favoreçam a conciliação entre trabalho e família (ALVES, 2016, p. 634).

Menciona ainda que, no modelo capitalista de produção, não está em questão a inclusão econômica e justiça social e, por isso, o livre mercado não é neutro em relação às questões de gênero, raça/cor, geração etc., destacando que esferas em que é preciso atuar para a transformação da condição da mulher é também “a luta contra os

estereótipos, os estigmas e a violência” (p. 631), portanto, avanços sociais na perspectiva de gênero. “Estamos lidando com o aprofundamento de uma racionalidade política econômica – o neoliberalismo – que dilui os laços de solidariedade e torna a vida mais precária” (BIROLI, 2018, p. 205).

E de que modo Lacerda (1919/2015) nos ajuda a desvendar e problematizar as questões de gênero, patriarcado e condição feminina? Os fragmentos a seguir, do livro *Renovação*, nos dão pistas:

Se toda seduzida pela primeira queda lançasse um manifesto a nós, mulheres, e, se volvéssemos toda a energia feminina para a fundação de uma grande associação protectora das mães sem terem sido esposas legaes, associação que não permitisse a segunda queda, - que formidável corrente de solidariedade e força criariamos em torno da nossa fragilidade!

E os homens tratariam de modificar a leis...

Eia, mulheres brasileiras, fundemos essa associação e os enjeitados de hoje serão, depois, as melhores columnas a amparar o nosso templo de solidariedade e amor.

Moças de minha terra – cuidado com as seducções (p. 223).

Para os propósitos deste texto, é interessante apontar o modo como a autora entrelaça em seus argumentos, como arma de luta, a atenção da mulher a sedução masculina, desvelando o jogo de forças entre a fragilidade que a sedução engendra, ao mesmo tempo, a força que tem a união e o controle deste corpo por elas próprias. Numa análise sobre o papel da ciência médica em dominar e fragilizar o corpo da mulher, Martins (2004) destaca que ‘a mulher’ foi aprisionada em seu próprio corpo para ser controlada e oprimida (p. 07). Resguardando a mulher o lugar de submissão e procriação. Nas palavras de Lacerda:

Estamos na categoria dos cretinos, imbecís, loucos e senís: eternamente tuteladas!

Collocam-se como intermediarios entre nós e a sociedade, e, nos supõem cortesãs que se não entregaram por medo, só por medo! (p. 228)

O trabalho e o sacrifício da maioria feminina não pôde ultrapassar o de agora: que o digam os milhões de operarias que repartem a vida, entre o trabalho e a dôr. Que o digam as representantes da burguêsia pobre – carregadas de filhos, de sacrifícios e abnegação (p. 232).

Lacerda expõe no excerto abaixo o regime patriarcal que mantém ideologicamente a mulher nessa condição, objetivando-a de acordo com seus interesses, expressando a ideia de que lutar contra ele seria a derrocada feminina. Sobre isso a autora ironiza:

Perde a mulher “a mais preciosa das regalias: que é a de ser protegida e alimentada pelo homem”. Em que consiste a proteção do homem de hoje para a mulher?

Reza, o Manú: A mulher durante a sua infância depende do pai; durante a mocidade, do marido, em morrendo o marido, dos seus filhos; se não tem filhos dos parentes próximos de seu marido, porque uma mulher nunca deve governar-se á sua vontade. Entre os gregos, entre os romanos – a mesma cantiga.

Lemos essas historias com um sorriso nos lábios em ar de superioridade como se estivessemos muito longe desses costumes. Puro engano.

Se o direito romano dos antigos, nesse ponto, não está em vigor pela força da lei – está pelo habito, pelos costumes (p. 232 – 233).

Podemos dizer que se mantém em vigor nos hábitos e costumes sustentados pelas ideologias de gênero e patriarcado. Entretanto, quais as brechas percebidas no discurso de Lacerda, para além de sua emblemática retirada do movimento sufragista, quando se posiciona fortemente sobre a importância da mulher ser dona do próprio corpo? Pensar as categorias eleitas a partir dos seus escritos mostra-se fecundo.

Questionamentos de Lacerda compreendidos aqui como modos de resistência, mas, para além, meios de problematizar a condição da mulher tutelada pelo homem, nos permitindo compreender que o poder patriarcal, pelo modo como defini a mulher, estabelece sua ocupação primordial na organização social, ou seja, a casa e os filhos. E

pelo gênero a objetiva como procriadora, pelas especificidades de seu corpo. Nesse sentido, como pensar a condição feminina e modos de transformação, pela resignificação destas mesmas categorias no interior das lutas? Lacerda novamente nos ajuda:

Estamos fartas de ser protegidas!

Adeus ócios gentis!

O ferro de engomar, a agulha e o dedal, a vaisoura, o fogão, os desgostos, as lágrimas e os filhinhos rachíticos (p. 236).

Na seção do livro sobre as “Questões Sociaes” (p. 20I a 2II), Lacerda responde as críticas referentes aos panfletos do Partido Comunista Feminista, se filia e se assume feminista. Faz reflexões sobre a real condição da mulher operária, as visionárias e a hipocrisia da nossa sociedade, a importância das mulheres se unirem e se entenderam. Explica sobre a verdadeira concepção do amor livre.

Eduquem a mulher, despertem a sua consciência, illuminem a sua clarividência moral e ella reformará o mundo, fará da humanidade em luta a alavanca formidavel em caminho de um mundo novo. E veremos a cooperação de todas as forças para a felicidade collectiva.

O amor livre pregado pelos grandes idealistas não é a imoralidade, a dissolução da família e do lar, o mercado da prostituição, a libertinagem que sem o amor livre campeia desenfreada nesse triste século parecendo querer reviver degradação de tempos immemoriaes.

O casamento ou a união livre póde ser formalizada por uma cerimonia qualquer – religiosa ou não, á escolha dos cônjuges.

O que se quer é o amor verdadeiro, sério, apoiado no puro affecto, na afinidade de dous seres que se atraem não por conveniência de classe, posição ou dinheiro (p. 240 – 24I).

Protecção é apenas encher a casa de viveres e atirar a besta de carga á luta – no fogão, na lavanderia, nas costuras – sem tempo sequer para cuidar de si e sentir que tem cérebro e ideias? (p. 233)

É essa hipocrisia que a autora denuncia a todo momento, “ócios gentis”, com fina e genial ironia, encontrando um caminho de superação na libertação do corpo e do intelecto da mulher. É como se Lacerda proclamasse que não precisamos de tutela, que precisamos ser donas do nosso corpo e da nossa mente. Tão óbvio, mas tão importante e ainda penoso de ser conquistado nos dias de hoje, em que as bandeiras da luta feminista ainda precisam ser ecoadas.

Sobre isso problematizamos: o combate à violência doméstica e o direito ao aborto não seriam questões tão importantes quanto a necessidade de maior compreensão das categorias de gênero e patriarcado que sustentam historicamente a condição da mulher? Não no sentido de hierarquia de importância, mas no sentido de compreensão das amarras ideológicas que inviabilizam conquistas no interior destas lutas.

O direito ao aborto é um eixo central da autonomia das mulheres. Sem o direito a controlar a sua capacidade reprodutiva, a autonomia na definição de sua trajetória de vida fica fundamentalmente comprometida. A participação em outros âmbitos da vida tem estado atrelada à capacidade efetiva de planejamento da sua vida reprodutiva, ao modo como as tarefas de cuidado são divididas na esfera privada e, sobretudo, ao apoio público existente para o cuidado com as crianças e para a proteção no mundo do trabalho das mulheres gestantes e mães. Por isso, a denúncia da maternidade compulsória esteve relacionada desde o início às lutas pela igualdade de gênero (BIROLI, 2018, p. 135).

Mesmo porque, nos diz Lacerda: “esquecem-se de que as leis são impotentes se se não reformam os costumes” (p. 227). Continuaremos lutando, sem compreendermos profundamente as concepções que nos sujeitam para que possamos combatê-las? Desatentas as formas de consolidação de poder do homem sobre a mulher localizando sua função social principalmente pelas especificidades do seu corpo? Lacerda diz: “revolto-me contra essa desigualdade que o berço inconsciente espalha e creio na redenção da humanidade pela própria humanidade” (p. 277).

Ou seja, é preciso desenvolver o humano do humano por um conhecimento que supere a alienação, pela consciência do coletivo, da solidariedade e o combate a injustiça. A desigualdade não vigora necessariamente das consequências mais aparentes das ações entre os homens, mas, antes, da força da persuasão ideológica e da alienação, mantendo a mulher numa condição de “proteção”, pela “dádiva e beleza da função materna”, que ela própria muitas vezes não questiona e alimenta, inclusive veiculadas por campanhas publicitárias no “dia internacional da mulher”. Entretanto, como nos diz Lacerda no excerto acima, se a vida que nos produz é reflexo do que nós mesmos produzimos, a redenção virá pela própria humanidade.

Afinal, “a revolução social é um fato: que seja abafada hoje, amanhã irromperá mais forte” (p. 231). Entretanto, que conhecimentos produziremos nessa empreitada? Que lutas precisarão ser travadas?

Algumas considerações

"A humanidade sairá de sua pré-história somente quando deixar
para trás a estrutura simbólica patriarcal"
(Tania Mara Campos Almeida, 2004, p. 243)

Pelas vozes das mulheres trazidas ao texto, com destaque para Lacerda, buscamos compreender as questões colocadas neste artigo: estruturas simbólicas de poder que organizam posições sociais na sociedade, ou seja, estruturas patriarcais e de gênero e a condição social da mulher. Portanto, as razões da escolha desta última epígrafe é poder resumir o quanto um modelo específico de dominação, instituído em nossa sociedade ocidental, ainda está presente e se manifesta de forma concreta nas negações de direitos e leis discriminatórias, nas inúmeras áreas da convivência entre os gêneros, tanto no âmbito privado como no público, nos alertando para a força das questões ideológicas que normatizam e naturalizam desigualdades, e o quanto são internalizadas pelas mulheres provocando culpa, pouco entendimento de seus direitos e até mesmo a falta de questionamento sobre porque estes mesmos direitos lhes são negados.

Podemos dizer que a dominação sobre a mulher é histórica (PISCITELLI, 2001), mesmo porque,

o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de 'dominação masculina' ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas aos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões 'subordinação' ou 'sujeição', das mulheres, ou ainda 'condição feminina'. (DELPHY, 2009, p. 173)

Deste modo, enquanto as relações entre homens e mulheres permanecerem sob a égide do modelo patriarcal, reforçado pelas especificidades do corpo feminino, é preciso estudos que desvelem tais ideários, impulsionando a expansão de pesquisas no âmbito acadêmico e contribuindo com a produção de conhecimento em diversos campos, dentre eles o da educação. Mesmo porque, concordamos com Lacerda ao dizer que a emancipação feminina se concretizará pelo próprio acesso à educação, pelo “saber pensar”.

Nesse sentido as categorias de gênero e patriarcado mostraram-se promissoras quando nos possibilita pensar a trama engendrada para o controle do corpo da mulher, para que assim possamos trazer à tona, dar voz a participação das mulheres na história da humanidade, ou até, construirmos uma nova história (SCOTT, 1989). Nesse cenário foi possível trazer o pioneirismo da pensadora anarquista Maria Lacerda de Moura pelos elementos presentes em seus escritos para compreender a “Condição Feminina” relacionada as categorias de gênero e patriarcado.

Referências

AGUIAR, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. *Revista Sociedade e Estado*. vol.15, n.2, Brasília, p. 303-330, jun.-dez. 2000.

ALMEIDA, T.M.C. As raízes da violência na sociedade patriarcal. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, vol.19, n.1, p. 235-243, jan.-jun. 2004.

ALVES, J. E. D. Desafios da equidade de gênero no século XXI. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 219-230, jan.-jun. 2014.

BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORIS, G. D. J. B.; CESÍDIO, M. H. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 451-478, set. 2007.

DELPHY, C. Teorias do patriarcado. In: HIRATA, H; et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*, São Paulo: Unesp, p. 173-179, 2009.

DESCOLA, Philippe. Claude Lévi-Strauss, uma apresentação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23, n. 67, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000300019>. Acesso em: 1 abr. 2019. FACIO, A. Feminismo, gênero y patriarcado. *Justicia y Genero*, 1999. Disponível em: <<http://justiciaygenero.org.mx/publicaciones/facio-alda-1999-feminismo-genero-y-patriarcado>>. Acesso em: 1 abr. 2019.

LACERDA, M.M. *Renovação* [1919]. Fortaleza: FAC-SÍMILE, 2015.

LACERDA, M.M. Feminismo? Caridade? *Utopia*: Revista Anarquista de Cultura e Intervenção, Lisboa, n. 9, 1999.

LEITE, M.L.M. *Outra face do feminismo*: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

MATHIEU, N-C. Sexo e Gênero. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, p. 222-230, 2009.

MEYER, D. E. E; RIBEIRO, C; RIBEIRO, P. R. M. *Gênero, sexualidade e educação*. 'Olhares' sobre algumas perspectivas teórico-metodológicas que instituem um novo G.E. 2004. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_dagmar_meyer.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2019.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L.

(Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, p. 7-42, 2002.

RAGO, Margareth. Espistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam. (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis. Mulheres, 1998. RUBIN. Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. Tradução de DABAT, C. R.; ROCHA, E. O. e CORRÊA, S. Recife: S.O.S Corpo. 1993.

SAFFIOTTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 95-139, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. 1989. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%A9nero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2019.

SOUSA, L.G.P, SOMBRIO, M.M.O e LOPES, M.M. Para ler Bertha Lutz. **Cadernos Pagú**, n. 24, p.315-325, jan.-jun. 2005.

STRÜCKER, B; MAÇALAI, G. Bela, recatada e do lar: os novos desdobramentos da família patriarcal. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL. DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 13. 2016, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Disponível em:

<online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15880>. Acesso em: 1 abr. 2019.

TELES, M.A.A. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Alameda, 2017.

